



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Comissão Permanente de Licitação

OF. Nº. 21/2010

ASSUNTO: Esclarecimentos sobre o Pregão Presencial nº 03/2009

Fortaleza, 20 de janeiro de 2010.

Prezados Senhores,

Em resposta aos pedidos de esclarecimentos, enviados através de *e-mail* em 14 e 19 de janeiro de 2010, por empresas interessadas em participar do Pregão Presencial nº 03/2009, informamos, conforme manifestação do Departamento de Informática do TJCE, o que se segue:

1. Quanto às especificações técnicas exigidas nos itens 3.1.12 e 3.2.11 do Anexo C:

Solicitou-se esclarecimento referente funcionalidade de o firewall ser capaz de receber, do IPS ofertado, comandos de bloqueio tráfego de endereços identificados como fonte de ataque.

Entendemos que a funcionalidade requerida é de fundamental importância para a topologia de rede adotada pelo Poder Judiciário. O IPS deverá ser instalado no núcleo da rede e possuir capacidade de gerar comandos de bloqueio de tráfego para os firewalls localizados nas diversas unidades bloqueando o tráfego gerado pelos ataques no segmento de origem.

2. Quanto às especificações técnicas exigidas nos itens 3.1.13 e 3.2.12 do Anexo C:

Solicitou-se esclarecimento referente à quantidade de equipamentos em cluster.

Entendemos que a solução deve ser escalável, suportando a criação de um cluster com pelo menos 04 (quatro) equipamentos, possibilitando ampliações futuras sem necessidade de troca de equipamentos ou alterações na topologia da rede. Identificamos que existem várias soluções de mercado que atendem as exigências solicitadas.

3. Quanto às especificações técnicas exigidas nos itens 3.1.15 e 3.2.14 do Anexo C:

Solicitou-se esclarecimento referente à integração com o Microsoft Active Directory.

Entendemos que o TJCE utiliza o Microsoft Active Directory como serviço de diretório centralizando todos os usuários, grupos e políticas. A integração nativa da solução fornecida com o Microsoft Active Directory possibilitará a utilização de diversas funcionalidades como permitir que os usuários efetuem alterações de senha caso a mesma tenha se expirado e obedecer às políticas de senhas definidas no servidor de diretório.

48

4. Quanto às especificações técnicas exigidas nos itens 3.1.17, 3.2.16, 3.1.19 e 3.2.18 do Anexo C:

Solicitou-se esclarecimento referente à configuração de Firewall no modo transparente - Bridge Layer 2.

Entendemos que a funcionalidade de configuração do Firewall em modo transparente deve ser fornecida pela proponente e será utilizada pelo TJCE em sua topologia de segurança quando necessário, permitindo a instalação inicial dos equipamentos sem que sejam requeridas alterações no endereçamento da rede.

5. Quanto às especificações técnicas exigidas nos itens 3.1.26, 3.2.27, 3.1.27, 3.2.28, 3.1.28, 3.2.29, 3.1.29 e 3.2.30 do Anexo C:

Solicitou-se esclarecimento referente à quantidade de sessões concorrentes de Firewall e túneis de VPN IPSec.

Entendemos que a quantidade de sessões concorrentes de Firewall e Túneis VPN IPSec foram dimensionadas corretamente pelo TJCE e vários equipamentos, inclusive os equipamentos da reclamante, atendem aos quantitativos solicitados, portanto as especificações devem ser mantidas.

6. Quanto às especificações técnicas exigidas nos itens 3.1.33.10 e 3.2.34.11 do Anexo C:

Solicitou-se esclarecimento referente à ativação de firewall pessoal no computador do usuário para conexão VPN.

Entendemos que é de fundamental importância e boa prática de segurança da informação que seja feita a checagem do firewall pessoal no computador do usuário, estabelecendo uma política de acesso para evitar que alguém sem firewall em sua estação possa se conectar à rede do TJCE.

7. Quanto às especificações técnicas exigidas nos itens 3.4.6 e 3.4.7 do Anexo C:

Solicitou-se esclarecimento referente à funcionalidade de "bypass" em caso de falhas no equipamento de IPS.

Entendemos que as proponentes deverão ofertar equipamentos com as características de "software bypass" e "hardware bypass", conforme exigido nos itens 3.4.6 e 3.4.7 do Anexo C. As funcionalidades são requeridas para manter o funcionamento da rede em caso de falhas de software e hardware.

8. Quanto às especificações técnicas exigidas no item 3.4.8 do Anexo C:

Solicitou-se esclarecimento referente ao throughput de IPS.

Entendemos que as especificações técnicas expostas no item 3.4.8 do Anexo C não indica para qual perfil de tráfego o throughput é exigido, portanto serão aceitos equipamentos de IPS que consigam comprovar análise de tráfego a no mínimo 1.5Gbps para file transfer (transferência de arquivos). Toda documentação fornecida deve ser produzida pelo fabricante dos equipamentos propostos.

9. Quanto às especificações técnicas exigidas nos itens 3.4.17 do Anexo C:

Solicitou-se esclarecimento referente à funcionalidade do IPS enviar para o Firewall ofertado comandos que bloqueiem temporariamente o tráfego da origem do ataque.

Entendemos que a funcionalidade requerida é de fundamental importância para a topologia de rede adotada pelo Poder Judiciário. O IPS deverá ser instalado no núcleo da rede e possuir capacidade de gerar comandos de bloqueio de tráfego para os firewalls

8/11


localizados nas diversas unidades bloqueando o tráfego gerado pelos ataques no segmento de origem.

10. Quanto às especificações técnicas exigidas nos itens 3.4.24 do Anexo C:

Solicitou-se esclarecimento referente à funcionalidade de sensor virtual do IPS, aonde cada sensor possui sua configuração independente.

Entendemos que o IPS será instalado no núcleo da rede e deverá controlar seguimentos distintos protegendo servidores e aplicações que requerem configurações específicas. Identificamos que existem mais de uma solução de mercado que atendem as exigências solicitadas.

Atenciosamente,


Georgeanne Lima Gomes Botelho
PRÉSIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

As Empresas interessadas em participar do Pregão Presencial nº 03/2009.